



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 067/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1732/2011 (11 volumes).

Apenso: Processo nº. 4358/2011.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Beruri.

4- Exercício: Exercício de 2010.

5- Responsável: Sr. José Domingos de Oliveira, ex-Prefeito.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 826/2015 (fls. 2110/2111).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 1203/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fl. 2113).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Beruri. Exercício de 2010.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando à Câmara Municipal de Beruri a **DESAPROVAÇÃO** das Contas da Prefeitura Municipal de Beruri, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. **JOSÉ DOMINGOS DE OLIVEIRA**, Prefeito à época, conforme o disposto no art. 223, §3º, da Resolução nº 04/2002.

10- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de novembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 067/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente, em substituição.

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spepe> e informe o código: 79FFECBE-69782FBE-2B751944-15DD0CB1



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 067/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 067/2015)

1- Processo TCE nº 1732/2011 (11 volumes).

Apenso: Processo nº. 4358/2011.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Beruri.

4- Exercício: Exercício de 2010.

5- Responsável: Sr. José Domingos de Oliveira, ex-Prefeito.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação nº 826/2015 (fls. 2110/2111).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 1203/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fl. 2113).

8- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Beruri. Exercício de 2010.

Contas irregulares. Multa. Restituição ao erário. Alcance. Procedência da denúncia do Processo 4358/2011. Prazo. Cobrança executiva. Determinações ao atual Prefeito do Município de Beruri e à próxima Comissão de Inspeção.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1- À UNANIMIDADE:

9.1.1- Julgar Irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Beruri, que tem como responsável o Senhor **José Domingos de Oliveira**, nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM;

9.1.2- Aplicar multa ao Senhor **José Domingos de Oliveira**, responsável pela Prefeitura Municipal de Beruri, exercício de 2010, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, por todas as infrações às normas legais apontadas no bojo do relatório/voto, quais sejam:

a) Infração à norma regulamentar de natureza contábil, diante da divergência entre os valores existentes na Prestação de Contas e os lançados no Sistema/ACP;

b) Ausência de comprovação de que as Contas Anuais foram apresentadas ao Poder Executivo da União e do Estado, até a data



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 067/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 067/2015)

de 30 de abril, violando o disposto no art. 51, §1º, inciso I, da Lei n. 101/2000;

c) Inobservância dos limites constitucionais relativos a despesa com gasto de pessoal, violando o disposto no artigo 212 da Constituição Federal e do artigo 19 e 20 da Lei Complementar n. 101/2000;

d) Infração à norma regulamentar de natureza contábil, diante da divergência entre os valores existentes na Prestação de Contas e os lançados no Sistema/ACP, referente aos créditos orçamentários;

e) Inobservância do disposto no art. 164, § 3º, da Constituição da República, em vista da manutenção de recursos em caixa;

f) Inobservância do disposto no artigo 22, inciso III, da Lei n. 11.494/2007, em vista do pagamento do 13º salário de 30 servidores com as verbas do FUNDEB, e o pagamento da servidora Edimara de Oliveira Moraes, referente aos meses de junho a dezembro de 2010, não estando os mesmos em efetivo exercício das funções do magistério;

g) Inobservância do disposto no artigo 27, parágrafo único, da Lei n. 11.494/2007, em vista da ausência de Parecer do Conselho Municipal do FUNDEB; e,

h) Inobservância do disposto no 7º, §2º, incisos I, II e III, da Lei n. 8.666/93, uma vez que houve o atendimento parcial às exigências do Projeto Básico, diante da ausência de apresentação do projeto arquitetônico da reforma e ampliação das escolas.

9.1.3- Determinar a restituição ao erário no valor total de **R\$ 11.146,39** (Onze mil, cento e quarenta e seis reais e trinta e nove centavos), nos termos do art. 304 c/c art. 305 da Resolução 4/2002 – TCE/AM, em vista da incompatibilidade de valores dos créditos e débitos constantes nas conciliações bancárias, especificamente na Conta n. 15.257-9, do Banco Bradesco.

9.1.4- O valor da glosa deverá ser atualizado da data da liquidação até o dia do efetivo recolhimento, **CONSIDERAR EM ALCANCE o Senhor José Domingos de Oliveira**, e determinar o recolhimento aos cofres do Tesouro Municipal (art. 306, parágrafo único, inciso III da Resolução nº. 04/2002), com fundamento no art. 54, III, da lei 2.423/1996 e art. 304 c/c art. 308, inc. V da Resolução nº. 04/2002 – TCE/AM;

9.1.5- Julgar procedente a Denúncia formulada por meio do Processo n. 4358/2011, nos termos do art. 285, §4º c/c art. 288, ambos da Resolução n. 04/2002, com a consequente **aplicação de multa ao Senhor José Domingos de Oliveira, no valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, pela destinação de recursos federais para fim diverso, deixando de observar o disposto no artigo 22, inciso III, da Lei n. 11.494/2007, em vista do pagamento do 13º salário de 30 servidores com as verbas do FUNDEB, e o pagamento da servidora Edimara de Oliveira Moraes, referente aos meses de junho a dezembro de 2010, não estando os mesmos em efetivo exercício das funções do magistério;

9.1.6- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais (referente às multas dos Itens II e III da conclusão do relatório/ Voto) e municipais (referente as glosas do Item IV da conclusão do relatório/Voto), dos valores das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, os valores



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 067/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 067/2015)

das multas e da glosa deverão ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);

9.1.7- Autorizar desde já a **instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações**, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;

9.1.8- Determinar ao atual Prefeito do Município de Beruri a adoção das seguintes medidas:

a) Observância das disposições contidas no artigo 37, II e IX, da CF/88, remetendo todos os atos de pessoal a esta Corte, nos termos das Resoluções n. 04/1996 e 04/2002 – TCE/AM;

b) Observância do disposto no artigo 212 da Constituição Federal e do artigo 19 e 20 da Lei Complementar n. 101/2000 e adoção das medidas saneadoras abordadas no Item VI do relatório/ Voto, caso sejam necessárias;

c) Observância dos ditames da Lei n. 4.320/64, com relação à criação do Setor de Almoxarifado.

9.1.9- Determinar à próxima Comissão de Inspeção do Município de Beruri, verifique se o futuro gestor observou de forma adequada a criação do Setor de Almoxarifado, nos termos da Lei n. 4.320/64.

9.2 – POR MAIORIA, aplicar multa ao Senhor **José Domingos de Oliveira**, responsável pela Prefeitura Municipal de Beruri, exercício de 2010, valor de **R\$ 13.152,36** (treze mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos), sendo o valor de **R\$ 1.096,03** por cada mês de atraso uma vez que a impropriedade foi constatada nos 12 (doze) meses do exercício de 2010, com fulcro no artigo 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pela inobservância dos prazos regulamentares para remessa ao Tribunal, por meio informatizado dos registros analíticos, **nos meses de janeiro a dezembro/2010.**

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade de multa pelo atraso no ACP.

10- Ata: 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de novembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente, em substituição.

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral